

## ESCLARECIMENTO COMPLEMENTAR

### AO MUNICÍPIO DE LOBATO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025 – PML**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO / LICITATÓRIO Nº 35/2025**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO**

A **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com sede na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, 17º andar, Vila Gertrudes – São Paulo/SP, vem, por meio deste, apresentar **pedido de esclarecimento** nos seguintes termos:

Conforme questionamento anteriormente formulado, foi solicitado que fossem informados os valores dos ônibus a serem segurados, tendo em vista que tais veículos não possuem valor de referência na Tabela FIPE. Entretanto, observamos que, tanto nas respostas fornecidas quanto no edital retificado, consta uma informação sem respaldo legal.

O Termo de Referência, em seu item 10.1.2, dispõe sobre as condições para fornecimento do objeto da contratação, visando atender às necessidades das diversas Secretarias deste Município. No entanto, ao final da lista de itens, de forma pouco destacada e de interpretação ambígua, consta a seguinte observação:

**"OBS.: Os valores venais indicados no Termo de Referência poderão sofrer variação, para mais ou para menos, ou seja, sofrerá nova apuração quando da ocorrência de eventual sinistro."**

Tal previsão, entretanto, mostra-se **indevida e carece de respaldo legal**, além de violar o **princípio da boa-fé objetiva**, previsto no art. 422 do Código Civil.

A legislação vigente e as normativas regulatórias da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), especialmente a **Circular SUSEP nº 256/2004** e a **Resolução CNSP nº 382/2020**, estabelecem expressamente que:

- O valor contratado (denominado "limite máximo de indenização" ou "importância segurada") é **fixado no momento da contratação**;
- Em caso de sinistro, esse valor **não pode ser alterado retroativamente**, seja por solicitação do segurado ou da seguradora;
- A indenização será paga com base nesse valor previamente acordado, desde que compatível com o prejuízo devidamente comprovado.

**Em resumo**, a indenização, em caso de sinistro, está limitada ao valor segurado acordado contratualmente, o qual **não pode ser reajustado após o evento**, a fim de

evitar o desequilíbrio contratual e eventual enriquecimento sem causa, resguardando-se, assim, a segurança jurídica da relação e a atuação de boa-fé entre as partes.

**Diante do exposto, solicitamos a exclusão da referida observação do edital**, tendo em vista que ela não encontra respaldo na legislação aplicável ao contrato de seguro e pode ensejar insegurança jurídica para os participantes da licitação.

**OBSERVAÇÃO:** Caso não sejam suficientemente respondidos os questionamentos abaixo pertinentes ao edital em questão, apresentamos desde já, por meio deste, sua IMPUGNAÇÃO, com fundamento no artigo 18 do Decreto nº 3.555/00, esperando que todos os questionamentos ora apontados sejam devidamente apurados e respondidos pelos setores competentes desse órgão.